Diário da Sessão n.º 080 de 17/06/03

Presidente: Passamos agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional que "altera o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2003".**

Para fazer a apresentação desta Proposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trata-se duma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2003 e que é motivada pelo facto da 5ª e última parte da privatização do Banco Comercial dos Açores, que se previa ter sido concluída no final de 2002, o que não aconteceu, ter-se efectivado nos primeiros meses do corrente ano de 2003. Daí que houvesse a necessidade de haver uma alteração ao Orçamento da Região.

Esta alteração não visa apenas contemplar este encaixe financeiro, que não havia sido previsto, porque para isso não teria sido necessário nenhuma alteração orçamental, mas fundamentalmente para permitir a aplicação desta verba proveniente do encaixe financeiro da privatização do Banco Comercial dos Açores que, nos termos da Lei 11/90, de 5 de Abril e que contempla as privatizações, só pode ter determinados destinos, entre os quais novas aplicações de capital no sector produtivo.

Em face disto, houve a necessidade de contemplar o Programa 32 com este reforço de verba, uma vez que o Orçamento inicial continha apenas a verba de 2.365 mil euros.

Portanto, para possibilitar a utilização total desta verba proveniente da reprivatização do banco, houve necessidade de reforçar este Programa 32.

Por outro lado, aproveita-se também a ocasião para introduzir outros acertos de pormenor que em nada alteram a estrutura inicial do Orçamento e do Plano e uma vez que o comportamento da receita, fundamentalmente do imposto automóvel, está a ter um andamento inferior àquele que inicialmente havia sido projectado, o Governo propõe uma redução de 1.800 mil euros na arrecadação desta receita.

Em contrapartida, há uma outra categoria de receita fiscal que está a ter um comportamento superior, pela positiva, ao que havia sido inicialmente previsto, passando o imposto de selo a ter um reforço de 3 milhões de euros na verba inicialmente prevista, passando de 14.791 mil euros para 17.791 mil euros.

Por outro lado ainda, também se aumenta as receitas de fundos comunitários que estão directamente associadas também a um aumento de projecto co-financiados com fundos comunitários, prevendo-se aqui um adicional de receita da ordem dos 17.972 mil euros que têm uma exclusiva afectação a despesas do Plano.

Eu tive oportunidade de distribuir na Comissão de Economia um mapa detalhado com todos estes reforços e também com a diminuição, em alguns casos, de verbas que perdemos no Plano.

A Secretaria Regional das Finanças vai beneficiar de um reforço de 6 milhões de euros, precisamente para afectar ao sector empresarial da Região.

A SRAP tem um reforço de 10 mil euros no Programa 30.6.

A Secretaria Regional da Educação e Cultura tem um reforço de 717 mil euros, distribuídos pelos Programas 17, 18, 25 e 26.

A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos tem um reforço de verba de 10.398 mil euros no Programa 11.

A Secretaria da Economia também tem um reforço de 170 mil euros nos Programas 7 e 9 e uma diminuição de 380 mil euros no Programa 10.

A SRAPA tem um reforço de 475 mil euros

E a Secretaria Regional do Ambiente tem um reforço de 194 mil euros.

Estas alterações, como vos disse, foram motivadas, não exclusiva, mas fundamentalmente para possibilitar a aplicação das verbas provenientes do encaixe do Banco Comercial dos Açores.

Nós estamos em condições de dizer que neste momento prevemos em 2003 uma execução orçamental perfeitamente normal.

A efectivação da receita fiscal no 1º trimestre corresponde exactamente a 25,04% do total estimado para o fim do ano, o que nos leva a concluir que do lado da receita estaremos numa execução normal e sem atropelos de maior.

Por outro lado, também posso dizer-vos que a execução orçamental até Maio se apresenta também perfeitamente normal, havendo um crescimento das despesas correntes até Maio de 2,59%, apenas relativamente ao período homólogo do ano anterior.

A execução do Plano até 31 de Maio também revela uma taxa de execução de 47,79%.

Portanto, neste momento, o Governo não prevê nenhuma situação de anormalidade até ao final do ano, o que não quer dizer que não possa vir a acontecer uma coisa que neste momento seja absolutamente imprevisível, mas a julgar pela experiência que nós temos de todos estes anos passados a execução do Plano e do Orçamento, neste momento, leva-nos a concluir que chegaremos ao fim do ano com uma execução perfeitamente normal.

Era só isto que se me oferece dizer.

Estou à disposição dos Srs. Deputados para qualquer esclarecimento ou pergunta que entendam colocar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que esta proposta que aqui estamos a apreciar se enquadra, em parte, na necessidade de acomodar orçamentalmente o encaixe financeiro por via da 5ª fase de reprivatização do BCA, mas não só, porque este encaixe da Banco Comercial dos Açores ronda os 8,2 milhões de euros e o total das alterações orçamentais que estamos aqui a falar ascende a 17,9 milhões de euros e, portanto, aquilo que foi apresentado como razão para esta proposta de alteração orçamental, representa menos de 50% das propostas de alteração que estamos aqui a apreciar, razão pela qual nos devemos também debruçar e tentar perceber um pouco mais estas alterações que o Governo aqui traz.

Assim sendo, queria questionar o Sr. Secretário acerca de mais alguns esclarecimentos em pormenor relativamente às verbas de transferências da União Europeia que, neste caso, totalizam quase 50% em termos das receitas que são aqui propostas acrescentar ao orçamento regional, porque a questão do imposto automóvel e do imposto de selo é perfeitamente perceptível, não só pelo valor pouco significativo, mas também porque estamos a meio do ano e apercebe-se que fazendo uma alteração aqui nesta Casa se tenta traçar as trajectórias destes impostos em termos de planear o que já se começou a executar.

Portanto, em relação às transferências da União Europeia, que representam um valor significativo, ou seja, quase 50% do que aqui estamos a falar,

penso que seria importante explicar melhor a proveniência dessas verbas e quais as garantias de execução destas receitas que o Governo Regional tem para, a partir daí, podermos passar para outras questões que estão aqui envolvidas nesta proposta de alteração orçamental, nomeadamente no lado da despesa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como o Sr. Secretário acabou de apresentar, trata-se de alterações em que, nomeadamente no capítulo da despesa, os seus impactos nos respectivos programas não são significativos e, portanto, são ajustamentos que, segundo afirmou, decorrem do nível de execuções e de afectações que, na óptica do Governo, foram consideradas necessárias a cada um dos programas, salvo a parte que resulta da aplicação do encaixe decorrente da reprivatização do BCA e que está também condicionada aos termos legais em que se deve efectuar.

Portanto, sob este ponto de vista, o Grupo Parlamentar do CDS/PP, numa perspectiva de que esta revisão não melhora o que está mal relativamente aos documentos iniciais, mas também não piorará aquilo que estava menos mal nesses documentos, vai abster-se, porque traduz a nossa posição, face a esta revisão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Esta receita que está aqui de fundos comunitários corresponde exactamente a 85% do acréscimo que se pensa executar no programa 11 que tem inscritos 10 milhões de euros e, portanto, 85% de 10 milhões são 8, 5 milhões de euros que é o que está aqui previsto como um acréscimo de transferências da União Europeia.

Por outro lado, como salientou, e muito bem, o Deputado Alvarino Pinheiro, esta alteração não vem introduzir nenhuma inflexão política, não vem introduzir nada substancialmente novo no orçamento inicial que foi aqui aprovado e por isso compreendo perfeitamente que quem se absteve no primeiro orçamento também se abstenha nesta alteração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das questões que o Grupo Parlamentar do PCP queria colocar, era nomeadamente esta da proveniência da verba comunitária está já colocada e já foi respondida.

De qualquer modo queria que se soubesse que estando de acordo com a opinião posta de que esta distribuição de afectação à despesa não altera nem a filosofia, nem a linha de orientação, é bom que se saiba que algumas não são só acertos, embora uma outra o possa ser. Sendo isto verdade, também é verdade que em relação à arrumação na despesa do grosso da receita entrada, ela resume-se, em termos de montante, a três sítios: Envolvente da Ribeira Grande, Variante da Lagoa e Reestruturação do Sector Público, que envolvem verbas substanciais que andarão por volta dos 70% ou mais do total desta alteração. Tudo o resto pode ser considerado acertos de pequena monta.

Nós votámos contra o Orçamento, como se lembrarão.

Atendendo à natureza desta proposta de alteração, abster-nos-emos, modificando a nossa posição para aquilo que consideramos ser politicamente coerente e razoável.

A nossa posição de fundo em relação ao Orçamento está tomada. A nossa posição em relação a esta alteração, sendo respeitadora da posição tomada relativamente ao Orçamento, é de abstenção, porque não existe aqui um dado novo profundo.

Não queria deixar de anunciar e explicar isto.

Muito obrigado.

Presidente: Eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares para se acercarem da Mesa para programarmos os nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos concluir o debate e votação deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da resposta do Sr. Secretário tenho mais algumas questões para esclarecer e que se prendem exactamente com a transferência destas verbas da União Europeia, que representam cerca de 50% do montante global da alteração orçamental que estamos aqui a discutir e representam cerca de 12% daquilo que eram as verbas previstas de transferências da União Europeia no Orçamento de 2003. Portanto, há aqui um acréscimo de 12% nas transferências da União Europeia, no Orçamento de 2003, por via da entrada destes 8,5 milhões de euros.

Assim sendo, gostaria de questionar o Sr. Secretário, por um lado, qual a razão de só agora isto aparecer e não ter aparecido no início do ano ou quando foi discutido o Orçamento?

Por outro lado, a obra para a qual esta verba vai ser aplicada, é uma obra que já está adjudicada desde 2001 e já se sabia, e eu tenho aqui o contrato, que para 2003 o próprio contrato já previa um volume de facturação de mais de 9 milhões de euros e, portanto, a lógica indicaria que no Orçamento de 2003 esta verba fosse lá colocada e que no lado das receitas também fosse posto o correspondente aos 85% da verba que seria para gastar nesse ano. Por isso não se percebe bem a razão de só agora aparecer.

Também não se percebe, e só tive conhecimento do contrato depois da discussão do Orçamento, por que é que no Orçamento de 2003 só estão lá 4 milhões e tal de euros, quando já se sabia que neste ano iriam ser necessários mais 9 milhões.

Portanto, fica aqui esta dúvida de só agora isto ser colocado aqui.

Uma outra dúvida tem a ver com aquilo que o Sr. Secretário diz.

O senhor disse que a execução das receitas estava seguindo a normalidade e que se essa normalidade continuasse, em princípio, iríamos ter uma execução razoável no final do ano.

Eu devo dizer que a execução dos fundos comunitários tem sido aquela que tem tido a pior perfomance nas receitas da Região Autónoma dos Açores e, por exemplo, em 97 foram apenas executados 63,18% do fundos comunitários, 53,5% em 98, 70,16% em 99, 55,04% em 2000 e 72,89% em 2001.

Esta é uma das áreas, em termos de receitas, em que a perfomance é pior relativamente à execução orçamental da Região e é logo aqui que se vai, através desta alteração orçamental, reforçar substancialmente as receitas.

Portanto ficam aqui estas duas dúvidas, ou seja, por que é que não foi antes, sabendo-se que, por um lado, havia um contrato já feito para isso e, por outro lado, que convicção é que existe para se meter aqui esta verba, quando esta é uma das áreas onde há mais dificuldade de execução?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só para, independentemente do complemento da resposta do Sr. Secretário Regional das Finanças, dizer que, em relação à obra da Variante Ponta Delgada/Lagoa, nós tivemos, na altura da reprogramação financeira e também na altura da feitura do Plano e Orçamento, algumas dúvidas da execução na íntegra do contrato. O ano passado tivemos uma deficiência de recursos financeiros que foi reconhecida e significou alguns ajustamentos no Plano, chegando a pensar que esta seria uma das obras que teria que ser desfasada durante mais algum tempo, mas também estávamos preparados para, se fosse possível, como o foi, e ainda bem, rectificar o orçamento em alta, nomeadamente para permitir o cumprimento do contrato que estava estipulado.

Felizmente esta é uma obra que tem andado e continua a andar bem, dentro dos prazos contratuais. Foi possível afectar receita para que essas duas situações se coadunassem e é por isso que se traz aqui este reforço, permitindo que esta obra termine nos prazos e permitindo também que aqueles que vão usufruir delas possam tê-la dentro do prazo que estava inicialmente estipulado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Creio que a questão concreta colocada em relação do Programa 11 está respondida.

Quanto à questão dos fundos comunitários, eu já tive oportunidade de dizer nesta Casa que era por uma opção deliberada do Governo que se concentrava, nas receitas de fundos comunitários, o factor de mais aleatoriedade da execução orçamental, porque nós temos, como os Srs. Deputados sabem muito bem, fundos de receitas, nós temos as receitas próprias da Região, temos as transferências do Orçamento de Estado, temos fundos comunitários e recorremos a endividamento, quando o podemos fazer.

Em relação a transferências do Orçamento de Estado elas estão perfeitamente tipificadas e é possível acertar quase a 100%.

Quanto às receitas próprias da Região nós temos posto uma grande atenção na sua correcta orçamentação, por forma a que se chegue ao fim do ano com o máximo de aderência à realidade e próximo dos 100%.

Devo-vos dizer que a receita de IRS e de IRC arrecadada até Maio e fazendo a projecção até ao final do ano daquilo que nos é transferido dos duodécimos através do que foi contratualizado com o Governo da República e se não houver muitos acertos positivos e negativos que há ao longo do ano, garanto-vos que chegaremos ao fim do ano com 99,9% da receita arrecadada, corresponde à nossa previsão.

Portanto, nós, por opção, concentramos o máximo de rigor na orçamentação da receita própria, o máximo de rigor na orçamentação das transferências do Orçamento de Estado e pomos uma certa dose de aleatoriedade nas transferências da União Europeia, mas se acertássemos a

100% nas transferências da União Europeia, tínhamos uma execução do Plano a 100%, o que é materialmente impossível, porque há sempre obras que se fazem num determinado período do ano que só são facturadas 30 ou 60 dias depois.

Portanto, para termos taxas de execução do Plano também razoáveis, preferimos orçamentar a receita das transferências da União Europeia. Este não é um número atirado à toa, porque podemos receber na totalidade, referente a projectos que temos candidatados, mas também sabemos que muito provavelmente não iremos receber a totalidade disto, como também não iremos executar o Plano a 100%.

O facto de estarem aqui 8,5 milhões de euros de transferência da União Europeia, estão directamente relacionados com a execução a 100% da Variante Ponta Delgada/Lagoa e a Envolvente à Ribeira Grande este ano. Se recebermos os fundos comunitários a que temos direito, receberemos os 8,5 milhões de euros que aqui estão.

Era esta a explicação que tinha para dar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que a explicação que o Sr. Secretário dá é passível, naturalmente, de algumas dúvidas continuadas, porque, e repito, esta obra estava consignada desde 2001 e sabia-se qual era o trajecto e não me vão dizer que quando fizeram o orçamento para 2003, nas receitas dos fundos comunitários, não contaram com as receitas provenientes de uma obra que os senhores já tinham o contrato assinado e que já estava em execução. Isso faz pouco sentido.

Sr. Secretário, já lhe disse há pouco e volto a repetir que a percentagem de execução, em média, dos fundos comunitários é das que tem pior perfomance no Orçamento da Região. O senhor confessou isso e não estamos em desacordo. Agora o que nos dá a ideia é que esta verba substantiva que aqui está, pode estar colocada duma forma de sobrevalorizar ficticiamente receitas para poder aplicar verbas reais que os senhores vão receber.

Outra questão que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos levantou tem a ver com o andamento de execução, maior ou menor, desta obra e gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse se é verdade ou não que – e nós já ouvimos o Sr. Presidente do Governo dizer por mais do que uma vez que não há crise financeira e não há problemas, porque nós só fazemos aquilo que podemos pagar – boa parte dos 4 milhões e tal de euros que estavam previstas no Orçamento, Programa 11, Projecto 11.1, serviram para pagar autos de medição de 2002 e não pagos? Gostaria de saber, por um lado, se isso é verdade ou não e, por outro, quais são esses autos de medição e o seu valor, para sabermos se é o Sr. Presidente do Governo que tem razão quando diz que não há atrasos e que fazem tudo o que podem pagar ou se o senhor me confirma que houve esses atrasos ou não nesta obra em concreto e se é verdade ou não que grande parte da verba que estava prevista para 2003, foi para pagar facturas de 2002?

Presidente: Tem a o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Uma empreitada desta natureza e desta dimensão tem sempre autos de medição no final do ano que transitam para o ano seguinte e é óbvio que, numa empreitada deste tamanho, não é possível, mês a mês, contabilizar

todos os trabalhos no sentido de verificar se o que está orçamentado vai ser executado.

É um cronograma financeiro que é feito e é por isso que, nesta situação, é lógico saber que este ano nós vamos e estamos a executar muita obra que, pela sua natureza, necessita dum reforço financeiro.

Dando-lhe uma informação mais técnica, posso-lhe dizer que é na altura das pavimentações que se executa mais obra, mas também financeiramente se gasta mais dinheiro. É nesta fase que a obra se encontra e é por isso que é necessário introduzir aqui este reforço de verbas para responder aos compromissos das obras.

Portanto, sem lhe contabilizar, é natural que tenham passado alguns autos de medição do final do ano passado para 2003, como passam sempre em qualquer obra e o Governo o que está a fazer é a assumir os seus compromissos financeiros, dotando a obra da receita necessária e suficiente para que no ano de 2003 tudo se processe com normalidade.

É isto que deve ser feito quando as receitas são afectadas como deve ser ou os contratos estão estipulados.

Tirar outras ilações de crises financeiras, o que nos parece é que não teria havido tanta falta de recursos financeiros no ano de 2002 se efectivamente o endividamento que a Região solicitou à Assembleia da República e que foi chumbado pelo partido de V. Exa.,...

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

O Orador: ... tivesse nessa altura permitido que nós tivéssemos mais regularização nesta e noutras obras.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qualquer aperto que o Governo Regional sinta, há sempre uma forma de escapar, ou é para as Câmaras ou é para o Governo da República.

Voltamos outra vez ao mesmo e por mais que tentem disfarçar agora e se sentem incomodados, porque sabem que isso pode não vos correr muito bem, acabam sempre, perante qualquer aperto, por chutar para o lado, ou seja, para as Câmaras ou para o Governo da República.

Os senhores são os únicos que vão com o passo certo e que não têm responsabilidades nenhumas nesta situação, mas vou avançar com exemplos que provam o contrário:

As facturas 8013, de 3 de Setembro, a 8014 de 1 de Outubro, a 8016, de 4 de Novembro e a 8901, de 3 de Dezembro de 2002, foram todas elas pagas em Fevereiro de 2003, através das folhas de pagamento nºs 16, 18, 19 e 20. Estas facturas totalizam mais de 3 milhões de euros e num orçamento que tinha para 2003 quatro milhões e tal de euros, três milhões foram para pagar o que vinha de trás.

Portanto, como o Sr. Secretário agora precisa de dinheiro, cuja fonte de receita já vimos que não é muito segura, e podemos falar duma sobrevalorização fictícia das receitas da Região Autónoma, teve que se arranjar agora uma verba, disfarçada na acomodação do encaixe financeiro do BCA, para poder pagar aquilo que vai ser feito, uma vez que já gastaram as verbas que tinham para este ano e que já não eram suficientes para pagar a cláusula 2ª do contrato que dizia que em 2003 eram 9.457.404, 61 euros.

Os senhores já sabiam que tinham que pagar isto este ano e não previram nas receitas dos fundos comunitários, não colocaram nas despesas do Plano o que tinham que pagar, pagando 3 milhões e tal de verbas em atraso, dos 4 milhões e tal orçamentados e por isso ficaram à rasca e agora arranjam uma fórmula de meter isto disfarçadamente e queriam que nós não reparássemos.

Portanto, está tudo aqui, temos os documentos, sabemos quais são as facturas atrasadas, sabemos quando é que foram pagas e temos até as folhas.

O Sr. Presidente do Governo talvez excedeu-se quando disse que não havia problemas financeiros e quando se excede em algumas coisas, o melhor é admitir isso, mas como não admitem, fazem o que é habitual que é culpar o Governo da República. Neste caso culpar as Câmaras é mais difícil.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu acredito que o senhor tenha os elementos, agora é preciso é saber lê-los.

Vozes da bancado PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Não é o facto de V. Exa. dizer que há facturas do Governo que foram pagas em Janeiro que isto implica uma crise financeira, porque seria má gestão financeira pagar em Dezembro essa factura de Dezembro, porque essa factura tem um prazo de pagamento de 60 dias.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E a de Setembro?

O Orador: Portanto, elas são pagas no limite do seu pagamento. É assim que se faz gestão financeira, porque em vez de se ir buscar dinheiro à banca, pagando juros, utiliza-se as facilidades que estão contratualizadas de pagamento a 60 dias e isso está estipulado num decreto-lei qualquer. Isso não é argumento para dizer que há atrasos de pagamento.

As facturas de Dezembro que ficam contratualizadas e podem ser pagas no mês seguinte ou dois meses depois, é considerado pronto pagamento, não tem juros de mora e é assim que qualquer Governo faz.

Em relação à crise financeira que Sr. Deputado fala, eu tive o cuidado de me munir também desses elementos, que têm a data de 16 de Julho, ou seja, de ontem e posso-lhe dizer que o que existe nas tesourarias da Região por pagar são 4.442 mil euros devidos a duodécimos de Junho do FRASE e do Instituto de Acção Social, duodécimo do IAMA de Maio e três folhas no montante de 3 milhões de euros da Junta Autónoma dos Portos.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E as facturas que foram devolvidas? Eu também conheço esse truque!

O Orador: Isto é o que estava ontem por pagar e vai ser pago, uma vez que os ordenados de Junho sejam transferidos para as contas dos funcionários da Região e restarão verbas para se pagar tudo e ficará zero nas tesourarias por pagar.

Sr. Deputado, esta é a situação financeira da Região e, como já lhe disse, temos uma execução orçamental do Plano de 47,79%, tudo pago nesta altura do ano.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Mais as folhas devolvidas!

O Orador: Sr. Deputado, também lhe quero dizer que a verba do encaixe financeiro do BCA não pode ir financiar a estrada da Ribeira Grande...

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O senhor há-de ler o parecer de economia. Ele diz o contrário!

O Orador: Não fui eu que o fiz e não sei o que está lá, porque não o li.

O que eu lhe digo, e disse-o na Comissão, é que o encaixe financeiro do BCA é para o Programa 32 – Sector Público Empresarial e não pode ser gasto em outra coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer que, felizmente, para bem dos Açores, esse cliché da crise ainda não tem valimento na Região Autónoma dos Açores.

Parece que, por vossa vontade, o que interessava era que a Região não tivesse possibilidades neste ano de 2003 de fazer um orçamento rectificativo para afectar receitas aos seus compromissos.

Também parece que o que é mau é o Governo ser bom pagador e resolver os compromissos que tem com as obras que existem na Região Autónoma dos Açores.

Parece que o que vos incomoda não é o facto de nós resolvermos financeiramente as questões, mas por a crise em que o país está mergulhado

não ter chegado à Região e os senhores continuam como os grandes defensores da economia nacional.

Como foi bem explicado pelo Sr. Secretário das Finanças, os Açores, felizmente, não tem esse prisma e nem vão ter, porque nós estamos a fazer as coisas à medida das possibilidades e dos recursos financeiros da Região e foi por isso que reafectámos um plano em baixa no ano de 2002, por mais que isso nos custasse, e é por isso que também quando temos receitas que aparecem, acabam por poderem ser afectadas aos nossos compromissos.

Portanto, o vosso tom é um tom de desagrado pelo cumprimento dos compromissos do Governo. Isso não faz nenhum sentido e por mais que se esforçem em transpor e transportar crises nacionais para a Região Autónoma dos Açores, não vão conseguir, porque isso não é feito com órgãos de comunicação nem com slogans, isto é feito com a prática diária do Governo Regional e com o rigor que tem sido posto nas contas.

Os senhores podem continuar a insistir nessa política, porque a Região Autónoma dos Açores vai continuar na senda do desenvolvimento como tem acontecido até aqui e não é pelas vossas palavras vãs e ocas de todos os dias invocarem a crise para a Região Autónoma dos Açores que ela vai chegar.

Parece que isso seria a vossa satisfação, por falta de mérito próprio.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governos:

Para não fugirmos para aquilo que costuma ser o hábito do PSD, que é começar pela floresta e depois acabar pendurado numa arvorezinha, esta discussão está a um nível em que me parece que ela deve ser posta. Estamos realmente com o PSD pendurado na arvorezinha das facturas.

Quando se está a discutir, e é preciso enquadrar isso, uma rectificação orçamental que vai injectar mais 18 milhões de euros em investimento público, sabemos que neste momento na Região existe algum reajustamento numa economia que cresceu exponencialmente e dou-vos só um exemplo tirado do último boletim informativo de Abril do INE que refere o total de fogos licenciados em construções novas para habitação no país, diz que: "Para o período homólogo anterior, nos últimos 12 meses houve uma variação média negativa de 14,1%, acentuando-se o comportamento crescente do número de fogos licenciados".

O mesmo boletim especifica região a região e salienta que no Norte houve uma queda de 20,8%, Lisboa e Vale do Tejo 19,7%, na Península de Setúbal menos 38,8%.

Neste período apenas duas regiões tiveram uma evolução positiva, a Madeira com 0,7% e os Açores com 114,3%.

É evidente que esses picos não se podem manter eternamente e vai haver necessariamente uma fase de ajustamento nesses números.

Ainda ontem num jornal esse mesmo problema era referido e, curiosamente, era um director regional que chamava a atenção para essa situação, porque ela, provavelmente, não se poderia manter durante muito tempo em alta e o responsável pela AICOPA dizia e cito: "Não há quebra na construção civil, porque o volume de mão-de-obra a trabalhar mantém-se. Não há desemprego na construção civil. As empresas continuam à

procura de pessoal, logo isto não denota nenhuma crise com essas proporções".

E acrescentava ainda:

"Existem trabalhos para a construção civil e obras públicas para os próximos anos, sem que haja uma queda muito significativa, ao contrário do que já acontece no continente português onde se verifica uma quebra maior e um pessimismo na actividade em questão".

É um representante dos empresários açorianos que diz que não há crise na economia, mas esta injecção, e isso é que interessa ressalvar, de 18 milhões de euros não é tão desprezível como isso. Neste contexto nacional e neste contexto regional de reajustamento da economia é mesmo importante.

A propósito da evolução da economia, em relação a números, eu gostava, de chamar a atenção, porque os textos precisam de ser enquadrados.

O PSD tem usado, nomeadamente o Sr. Deputado Duarte Freitas, fartamente um número que, se relativo aos Açores, diria que, em relação ao PIB, os Açores teriam descido de 53 para 52%. O Sr. Deputado diz isto simplesmente sem mais nenhuma observação, mas é preciso enquadrar esses números e é isso que o senhor não faz nesta situação concreta nem em relação a esses números.

Para mostrar o que efectivamente isso significa, eu tenho aqui na mão um mapa do EUROSTAT que traz esses números e em relação a Portugal, de 98 a 2000 passou de 71 para 68. Especificando por regiões, no Norte de 58 para 56, no Centro de 56 para 54, Lisboa e Vale do Tejo de 94 para 91, no Alentejo de 57 para 54, no Algarve de 70 para 66, nos Açores de 53 para 52 e na Madeira de 66 para 74%. O que é que isto significa?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Diminuiu e fica contente.

O Orador: Significa que os Açores desceram apenas um ponto, enquanto que o País, no seu conjunto, desceu 3 pontos, havendo algumas regiões que desceram 4 pontos.

Portanto, isto traduz uma melhoria da situação económica da Região e os números confirmam isso mesmo.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O que quer dizer que Guterres é pior do que Carlos César.

O Orador: Quando o País desce 3 pontos e os Açores apenas descem 1 ponto, é uma melhoria, mas os números também dizem mais do que isso. O último PIB regional calculado com valores reais foi em 99 de 1.917.000.000,00 de euros. Estes são números do INE. Os números do EUROSTAT para 2000 são de 2.047.000.000,00 de euros, ou seja, segundo a estimativa do EUROSTAT, entre 99 e 2000, há um crescimento de 129 milhões de euros, o que significa um crescimento nominal de 6,7% e um crescimento real de 4%.

Mas, se falarmos do PIB per capita em 99 ele era de 8.100 euros e em 2000, segundo os números do EUROSTAT, era de 8.546 euros, ou seja, um crescimento de 5,5%.

Portanto, isto mostra qual é o valor dos números que V. Exas. não sabem nem querem ler e o que pretendem é atirar com eles cegamente aos olhos das pessoas, para aparentemente transformarem, com base nesses números, aquilo que é crescimento em decréscimo e aquilo que é desenvolvimento da economia em recessão.

É agarrados a esta habilidade que V. Exas. continuam pendurados na árvore das facturas ou outras semelhantes, como as árvores dos números, mas é evidente que nessas árvores ficam sozinhos, porque sempre que chega a hora em se demonstrar que esse galho não é aquele que os açorianos

querem, – eles querem a árvore, querem a floresta – deixar-vos-ão plantados nesses galhos das ilusões, dos falsos números e das falsas conclusões que vão tirando, mas que vão, a pouco e pouco, sendo desfeitos e desmascarados. É o que está, efectivamente, a acontecer neste momento.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa andou de roda, de roda e ficou enriçado nos seus próprios argumentos, porque não sei quem é que lembra dizer que passar de 53 para 52% do PIB da União Europeia é uma melhoria.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Diga o resto!

O Orador: Eu às vezes vejo umas chamadas de atenção no nosso glorioso Serviço Regional de Estatística dos Açores que até parece que são também escritas pelo senhor.

Portanto, os números são claros que nem vale a pena argumentar. Passamos de 53 para 52% e o senhor quer que a gente diga que melhorou. Infelizmente piorámos e esses foram os anos gloriosos dos milhões socialistas.

Estamos a falar de verbas dos tais anos gloriosos, 98 a 2000, e o senhor sabe que a partir de 200 e 2001, e isso já foi debatido e provado, a trajectória das finanças regionais tem tido bastante erosão e basta lembrar a componente não executada no Plano de 2000, 2001 e 2002.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* E não sabe porquê?

O Orador: Sei sim senhor. Sei que os senhores em 2001 bateram o recorde de percentagem não executada do Plano. Esses problemas já vêm desde 1999 e 2000.

Portanto, eu quero dizer que o decréscimo de 53 para 52%, e toda a gente percebeu, são nos gloriosos anos dos milhões socialistas e mesmo assim descemos relativamente à média da União Europeia. Isto é dramático.

Sr. Deputado Dionísio de Sousa, permita-me que lhe diga que, e eu chamei a atenção para isso, o que está aqui escrito no relatório da Comissão não está correcto.

O senhor gosta de chamar a atenção e de corrigir os outros, agora também quero chamar-lhe a atenção para uma correcção que foi levantada por mim aquando da análise do relatório, que julguei que tinha sido corrigida.

O relatório diz que isto resulta do encaixe da reprivatização e depois diz o seguinte: "Neste caso trata-se de aplicar em diversos programas do Plano, com relevo para o Programa 11, da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, de uma parte substancial da receita resultante da quinta e última fase de reprivatização do BCA". Sr. Deputado, nós chamámos a atenção para isto e isto continua aqui.

Isto está totalmente errado e o Sr. Secretário sabe que não é a verba que vem da reprivatização do BCA que vai ser aplicada no Programa 11.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa que gosta de corrigir, de fazer passar aqui a mensagem e o rigor, não corrigiu aquilo que estava mal e tendo sido feita uma chamada de atenção para isso em sede de Comissão.

Para que fique também registado no diários das sessões, isto continua mal, porque legalmente estas receitas da reprivatização não podem ser aplicadas no Programa 11.

Para terminar esta minha intervenção gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos se acha que é boa gestão gastar 75% das verbas previstas para 2003 para pagar uma obra de 2002? Acham que isto é boa gestão e que não há problema nenhum? Acham que isto é normal?

Deputado Hernâni Jorge ***(PS):*** **Foi para pagar obra feita, Sr. Deputado.**

O Orador: São 75% e por isso tiveram que arranjar verbas que penso que são fictícias. Quando chegar o relatório de execução financeira e material, havemos de ver.

Se o senhor acha que pagar 75% de obras do ano passado com verbas deste ano é boa gestão, estamos conversados.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Não era minha intenção participar neste debate, aliás, no seguimento daquele que tinha sido o compromisso assumido na Conferência de Líderes que reuniu há pouco, mas sem querer polemizar ainda mais este assunto, há aqui alguns aspectos que me parecem importantes salientar e, sobretudo, tentar repor alguns factos.

O Sr. Deputado Duarte Freitas, e com ele, presumo, todo o Partido Social Democrata, pretendeu lançar subtilmente alguns ataques aos Partido Socialista e ao Governo a propósito desta alteração orçamental.

Em primeiro lugar, o senhor pretendeu pôr em causa aquilo que, com muito orgulho, o Partido Socialista assume como uma das peças mais importantes do seu património governativo e que é o de pagar e fazer aquilo que se pode pagar.

O senhor sabe que nós temos legitimidade para dizer isso, porque com a mesma verdade, com o mesmo rigor e com o mesmo sentido de responsabilidade que dizemos que esta é a nossa política, que esta é a nossa postura, também temos a mesma verdade, o mesmo rigor e a mesma responsabilidade para trazer a esta Casa reafectação de Planos a Médio Prazo, para dizer e assumir claramente quando existem dificuldades e explicar aos açorianos por que é que existem dificuldades. Houve uma altura em que essas dificuldades se manifestaram e isso foi claramente assumido. Agora não há.

Portanto, Sr. Deputado Duarte Freitas, em relação a esta matéria, com a mesma verdade e rigor que o senhor não teve na sua intervenção,...

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Não tive, porquê?

O Orador: Eu já lhe explico.

... aqui fica o esclarecimento do ponto de vista político e que é extremamente importante.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Por que é que eu não tive verdade e rigor?

O Orador: Vai esperar um bocadinho. Eu vou-lhe explicar quando entender que o deva fazer e não quando o senhor quiser.

Em relação a esta matéria, Sr. Deputado Duarte Freitas, fica a consciência e o registo nesta Casa, e conforme foi salientado pela intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças, que em relação a questões de bom pagador, o Partido Socialista continua com este mérito intocável e é fruto

da perspectiva de verdade e de rigor com que se encara esta matéria que fizemos aquilo que fizemos no passado, e não apenas uma questão de tempo de vacas gordas ou de vacas magras, é uma que questão de que esta é a nossa postura e entende-se que é assim que as coisas devem funcionar, porque acreditamos que a Administração Regional, no caso concreto, é e deve ser pessoa de bem.

Em segundo lugar, aquilo que nos leva à tão famigerada crise, por vezes dá a impressão que os Srs. Deputados do PSD querem que exista crise.

Deixe-me, por favor, explicar-lhe qual é a nossa postura em relação a esta matéria.

O Sr. Deputado falou em recordes de não executado e se quer colocar a questão em termos de recorde...

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* 2001!

O Orador: ... eu também lhe posso dizer que este Governo bateu o recorde da taxa de execução.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Bateu antes e por isso é sempre assim.

O Orador: Não é por isso que é sempre assim.

O senhor sabe, mas não disse porque motivo é que houve a taxa de execução que houve em 2001. O senhor não disse, apesar de saber.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Eu já o disse aqui.

O Orador: Desculpe lá, mas não disse.

Para o registo político que fica é a acusação que o senhor fez ao Governo Regional, sem ter tido a coragem de dar a explicação e a explicação que o Governo Regional em 2001 sempre apresentou foi que a taxa de execução era aquela, por o abaixamento dos impostos se ter repercutido inesperadamente num só momento, quando se contava com as verbas provenientes desses impostos.

(Risos do Deputado Duarte Freitas)

Está a rir-se porquê? Não foi isso que foi dito?

Em relação a esta matéria era isto que interessava também salientar.

Se o senhor quer recordes de não execução, da responsabilidade do Partido Socialista ou de responsabilidade do Partido Social Democrata, meu caro amigo Duarte Freitas, o PS está à vontade.

Em todos os executivos que foram da vossa responsabilidade e em todos os executivos que são da nossa responsabilidade, vamos confrontar números.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O senhor está a falar de quê?

O Orador: **Estou a falar, por exemplo, de taxas de execução de algumas câmaras municipais.**

Para terminar, devo dizer-vos que a garantia com que se pode ficar deste debate e da postura do Partido Socialista é que nós encaramos as eventuais dificuldades de frente e damos-lhe resposta.

A questão aqui não é ser um mar de rosas, não haver crise, não haver dificuldades, mas o facto dos senhores insistirem nesse discurso.

Sr. Deputado Duarte Freitas, ao contrário daquilo que acontece no todo nacional, a forma como o Governo Regional tem enfrentado um clima económico internacional desfavorável, um clima económico nacional desfavorável, demonstra claramente que, naquilo que depende de actuação política, nós estamos, sobremaneira, à vontade.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria salientar um aspecto que foi referido em relação ao parecer da Comissão.

Há uma parte de verdade naquilo que foi dito, há um erro na identificação do programa, mas esta parte foi lida na Comissão.

Isto escapou-nos a todos e a mim também. Era para ter falado nisso na anterior intervenção e só não o fiz por esquecimento.

Efectivamente as verbas da reprivatização não são predominantemente para o Programa 11, mas sim para o Programa 32. Aliás, isto resulta do próprio mapa que acompanha. Foi um erro de identificação, mas volto a repetir que esse texto foi assim para a Comissão e escapou-nos a nós todos.

A outra parte que o Sr. Deputado refere e que foi acrescentada, é o seguinte: "...em simultâneo introduziram-se...". Isto é que correspondeu, na versão definitiva do parecer, àquela observação que fizeram de que não se podia reduzir apenas ao aspecto do encaixe do BCA e, portanto, tentou-se ajustar àquilo que foi apresentado e sugerido na Comissão.

Na Comissão escapou a todos e a mim com mais responsabilidade, como é evidente, a identificação de um programa que resulta claramente, como se pode ver, do mapa do orçamento que é para o Programa 32 e não para o 11, mas suponho que não há grande problema por isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando eu vim há pouco da nossa Conferência de Líderes estava convicto de que não ia falar mais sobre este assunto e que íamos proceder às

votações, e esta não é a questão principal, mas uma vez que já vamos jantar tarde eu não queria deixar de dar um testemunho sobre este debate e devo dizer que é um debate que me confunde fortissimamente.

Em primeiro lugar, confunde-me fortemente que o PSD, partido responsável pelo Governo da República, tenha vindo tocar numa questão financeira que tem a ver com uma situação que houve de dificuldade de pagamentos e que, em função de não ter podido recorrer à dívida pública, o Governo tivesse que apresentar os problemas de determinada maneira.

Confunde-me também a discussão económica levantada pelo PSD, porque o partido que está a governar a República, que está a fazer uma política geradora de crise, geradora de recessão, que uma parte dela vai cá chegar, não tenhamos ilusões, porque, há uma fortíssima interligação, não pode vir discutir economia como se não tivesse nada a ver com as questões de economia, incluindo as regionais.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

O Orador: Portanto, todo o pressuposto da intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas tem um ponto de partida como se estivéssemos aqui uma realidade metida numa campânula que não é verdade.

Também queria dizer que a leitura demasiado optimista que é feita pela maioria e pelo Governo Regional, não hoje, mas tenho ouvido nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Economia e o Sr. Presidente do Governo, principalmente nos primeiros três meses deste ano, com um discurso muito animado, penso que tem de ser moderado face à realidade, como penso que os que estão no poder desde 96, os que tiveram antes de 96, apesar do muito grande investimento comunitário desde a pré-adesão à CEE, o nosso processo de desenvolvimento não ganhou o ritmo que noutras regiões similares ganhou. Temos que pensar nisto.

O que foi feito é mau, é errado? Não, necessariamente, mas se calhar é incompleto e necessariamente insuficiente.

Portanto, a discussão económica colocada neste contexto, nesta sede e, se me permitem, a esta hora, nestes pressupostos, parece-me completamente descabida e isto tinha que ser efectivamente dito e com a clareza do costume.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quase que era desnecessário falar agora, depois das intervenções dos meus camaradas da bancada do PS e principalmente depois da intervenção do Deputado José Decq Mota que veio introduzir um realismo nesta discussão e pôr alguns argumentos que são válidos e que não podem ser escamoteados.

Em relação ao excesso de optimismo do Governo Regional, eu creio que não há, porque é objectivo do Governo Regional tentar blindar ao máximo, naquilo que nos é possível, a nossa economia e daí que tenhamos toda a nossa atenção concentrada em argumentos políticos para quando chegar a altura de negociar verbas, por exemplo, do IV QCA, o possamos fazer. Neste momento estamos a arranjar essas armas e esses argumentos políticos e com sucesso, diga-se de passagem, e é também por isso que em todas as oportunidades que nós temos de aumentar investimento o fazemos.

Depois de ver o regozijo na bancada do PSD quando nós viemos aqui baixar a bitola, numa posição de coerência e de realismo das metas e dos objectivos quantitativos do PMP, agora que nós vimos aumentar o

investimento do Plano em 17 milhões de euros, é com estupefacção que vemos que este regozijo, por parte do PSD, continua sempre pela negativa.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o investimento que nós vamos fazer em 2003, com este acréscimo que agora está feito, corresponde a 9,5% do PIB Regional estimado para 2002.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):*Qual PIB regional? O senhor sabe que não há isso!

O Orador: Infelizmente, e é com coerência que lhe digo, que o Governo da República em 2003 apenas consegue ter um PIDAC que corresponde a 2,1% do produto nacional.

Nós temos quatro vezes mais de investimento em relação ao produto.

O PSD por mais que queira ser arauto da crise não vai, por este facto, fazer com que a crise chegue aos Açores.

É evidente que a nossa economia é uma economia aberta, é uma economia vulnerável, é uma economia frágil e não se pode eximir na totalidade aos adversos efeitos externos.

O nosso desejo e a nossa obrigação é lutar com todas as armas que nós temos para ter aqui na Região, se possível, um desenvolvimento económico em contra ciclo com o que se passa no resto do país e isto está, efectivamente, a suceder.

Os senhores já tentaram ameaçar com crise económica, mas já recuarem, porque efectivamente não existe nenhuma crise financeira e tudo faremos para que a nossa Região se desenvolva, mesmo em contra ciclo, se possível. É esta a nossa obrigação, não abdicamos dela e continuaremos.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dizer ao meu caro amigo, Deputado José Decq Mota, que não aceito que me tente condicionar a falar naquilo que eu entender como Deputado, relativamente à economia regional ou nacional.

Em segundo lugar, nós, PSD, encaramos este debate com muita calma e tranquilidade.

Tentámos colocar questões e à medida que elas foram sendo melhor ou pior respondidas começámos a tentar perceber melhor o que é que estava em causa.

Nós próprios dissemos o que é que aumentava nas verbas do Plano e o que é que isso representava, mas, Sr. Deputado, chegamos a um ponto que temos que questionar, e é também esse o nosso papel aqui dentro, de quem é a responsabilidade desse erro que existiu. O que se está aqui a corrigir já devia estar previsto.

Portanto, ou há receitas sobrevalorizadas ou fictícias que nós vamos ver quando for da execução financeira e material e cá estaremos para ver se Deus quiser, ou então houve um problema, porque – e não tem a ver com a crise maior ou menor, se já existe ou não existe – todos sabemos que existe problemas na economia internacional, na economia nacional e existem problemas na economia regional.

O vosso discurso já não é o mesmo de há um ano, há um ano já não era o mesmo de há dois anos e há dois já não era o mesmo de há três anos e, como vos disse, a trajectória das execuções dos vossos Planos e Orçamentos tem vindo desde 2000 a cair. Os senhores sempre quiseram

negá-lo, depois quando começaram a reconhecê-lo, tentaram arranjar desculpas noutros e quando já não conseguem – e tenho dados das vossas execuções que são cada vez piores – tentam comparar com as autarquias. As culpas são sempre do Governo da República ou então fazem comparações com as autarquias.

Mas, o que eu queria perguntar é se os senhores acham normal que 75% das verbas previstas neste programa para 2003 sejam para pagar despesas de 2002? Eu acho que não é normal e é por isso que pomos em causa, a reboque do encaixe financeiro da reprivatização do BCA, esta proposta como se viessem mais fundos comunitários e se tivesse descoberto isso agora.

É evidente que existem aqui problemas, porque nós analisamos, estudamos, temos aqui os dados e sabemos até quais são as facturas e as folhas de pagamento. Assim sendo, como é que queriam que nós não puséssemos estas questões.

De facto há pagamentos em atraso, foi mal calculado e deviam ter estimado outras verbas, porque se assim fosse não se gastavam 75% das verbas previstas no Orçamento para 2003 para pagar despesas de 2002.

Vozes dos Deputados Luís Sequeira de Medeiros e Clélio Meneses *(PSD): Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas e também meu muito estimado amigo, embora muito mais jovem, levo algumas das suas afirmações à conta da sua juventude.

Nós estamos numa instituição plural em que se todas as vezes um de nós, quando fosse para discordar de outro, pensasse que estava a condicionar o outro, então uma instituição desta natureza não funcionava, ou seja, eu dei uma opinião e fiz uma avaliação sobre a suas intervenções e mais nada do que isto.

Agora, vir dizer que o que eu disse é pretender condicioná-lo, o Sr. Deputado Duarte Freitas não diga isso, porque não é e eu não quero condicionar ninguém,...

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O senhor não podia falar nisso.

O Orador: ... mas quero simplesmente também ter sempre o direito, nos termos do Regimento, Sr. Presidente, de poder dar minha opinião ou a desta bancada.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Terá sempre esse direito. Não tenha qualquer dúvida.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Dispõe de três minutos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria reafirmar a esta Câmara que não é correcto, não é verdade que as verbas que estão aqui a ser indicadas pelo Governo para reforçar estas dotações sejam para pagar 75% seja do que for.

Agora, a verdade é que essas verbas são inscritas no Plano de 2003 para pagar obra que vai ser facturada ainda no ano de 2003 e facturação do final de ano de 2002 e, portanto, é completamente falsa essa percentagem de 75%.

A verdade também é que o Governo Regional reafirma aqui outra vez que está assumindo os compromissos com esta empresa e com todas as empresas que têm contrato com Região Autónoma dos Açores e é por isso que quando temos receitas as afectamos.

Os senhores ficam incomodados, e eu já disse isso aqui, por nós sermos pessoas que estamos a cumprir com os nossos pagamentos. Talvez gostariam mais que nós tivéssemos a situação que herdámos de 92 a 95 dos calotes que os senhores deixaram aos empreiteiros anteriores.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por falar em pagar, eu faço-lhe duas perguntas:

Quem é que vai pagar o factoring desta obra que os senhores estão fazendo agora e que todos nós sabemos? Vão ser os senhores ou vamos ser nós em 2005.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Somos nós. Esteja descansado!

O Orador: Eu nem sequer ponho isso em causa. Vão ser os senhores até final de 2004 ou seremos nós em 2005. Foi isso que eu quis dizer.

Por falar em calotes, quem é que está pagando o abaixamento das tarifas da EDA que os senhores se vangloriaram? Quem é que está pagando a vossa campanha eleitoral?

Deputado Joaquim Machado *(PSD): Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu gostava que o Sr. Deputado Duarte Freitas explicasse melhor a seguinte frase: "Quem que está pagando a vossa campanha eleitoral?".

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* A de 2000!

O Orador: Porque isto pode ser muito mal entendido em relação a esta questão, gostava que o Sr. Deputado Duarte Freitas explicasse claramente o que é que está aqui em causa.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Duarte Freitas, e já que me levantei, quero dizer-lhe que em relação ao pagamento de qualquer eventual factoring, cá estará o Partido Socialista, no Governo de 2004/2008 para pagar, como sempre, tudo aquilo que dever.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Freitas vai clarificar para não haver mal entendidos. Tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou explicar muito rapidamente.

A minha intenção quando disse pagar a campanha eleitoral, penso que toda a gente percebeu os argumentos que foram usados de elogio ao Governo da República e do bom relacionamento e um deles foi as tarifas da EDA terem

baixado e, como os senhores sabem, as tarifas baixaram e quem sofreu as consequências foi a EDA e quem vai pagar é o Governo de Durão Barroso que os senhores dizem tanto mal.

Em relação a 2004/2008, e já que me levantei também para esclarecer o Sr. Deputado, eu às vezes tenho a impressão que os senhores estão a arranjar tantos esquemas de factorings, de sociedades de desenvolvimento, etc., para pagar no futuro, porque já têm a convicção de que não é que vão ter essa chatice. Isso nós percebemos.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas de esclarecer o Sr. Deputado Duarte Freitas, e agradecendo desde logo o esclarecimento que deu relativamente ao alcance da sua expressão de campanha eleitoral, de que há algo que é indesmentível e que é o seguinte:

Foi um Governo do Partido Socialista que decidiu baixar tarifas aéreas, baixar tarifas de electricidade.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* É fácil dizer isso.

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, é tão fácil dizer isso, como também é fácil que, e presumo que é seguro dizer, se não houvesse a decisão política de baixar essas tarifas, nós ainda hoje não teríamos essas tarifas mais baixas, porque não seria com a Dra. Manuel Ferreira Leite, Ministra das Finanças, que algum dia os açorianos veriam tarifas aéreas e tarifas de energia eléctrica comparáveis ao território nacional.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Ela é que está a pagar.

Portanto, os açorianos sabem que fomos nós que tomámos a decisão política de baixar as tarifas.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, coitada da Dra. Manuela, com todo o respeito que tenho por ela, porque ela é que está pagando isso tudo.

É fácil decidir baixar as tarifas. É fácil fazer tudo isso e os outros que paguem.

(Aplausos da bancada do PSD)

Os seus argumentos também ajudam a clarificar outra questão.

O Sr. Presidente do Governo Regional há poucos dias, quando foi anunciado pelo Primeiro Ministro as tarifas iguais dos telefones para toda a Região dos Açores, tentou dizer, com desrespeito até por essas boas notícias para os açorianos, que já sabia da notícia e que isso era uma questão meramente empresarial. Esta é empresarial e a da EDA não era? Por amor de Deus!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, não sei se já se esqueceram que estamos a debater uma alteração ao Orçamento da Região. Agora já estamos a discutir tarifas e daqui a pouco estamos a discutir outra coisa qualquer. Faço um apelo no sentido de voltarmos ao assunto em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que esta matéria trazida pelo Sr. Deputado Duarte Freitas tem toda a relação com a questão que estamos a discutir, porque é por ter havido essas medidas que neste momento podemos estar a discutir uma alteração orçamental, num orçamento que tem as características que tem e por isso penso que as questões estão relacionadas.

Sr. Deputado Duarte Freitas, a sua última intervenção fez-me relembrar um problema que o PSD tem que é não distinguir, e este Governo da República dá bastantes provas disso, entre aquilo que é um órgão de decisão política e aquilo que é uma pagadoria. O senhor está a salientar a questão da pagadoria e eu estou a salientar, e é isso que se exige do Governo, a tomada de decisões políticas.

Sr. Deputado Duarte Freitas, há algo mais que é importante dizermos.

Quem é que decidiu que o NAV II ficava em Santa Maria e quem é que pagou? Foi o Governo do PS.

Portanto, nesta matéria o senhor não tem razão. Além disso esta discussão releva, porque as instituições continuam. É neste âmbito que esta matéria ganha particular relevância e há decisões políticas que vinculam o Estado e por isso mesmo, os governos passam, mas o Estado deve cumpri-las.

Ainda bem que o senhor me fala nas questões empresariais e nas medidas anunciadas pelo Sr. Primeiro Ministro. Aproveito para registar nesta Casa, na sequência daquilo que têm sido as declarações do Sr. Presidente do Governo, que são medidas positivas. Já se conhecem algumas delas, mas nem por isso deixam de ser positivas.

Ao contrário do que aconteceu em relação a um presidente de câmara do seu partido que desmentiu o líder do PSD-Açores e desmentiu o Primeiro Ministro de Portugal quando chamou a atenção para o facto dos fundos extra não cobrirem a construção de novas habitações, o senhor não ouviu nada da nossa parte.

Sr. Deputado Duarte Freitas, nós temos perspectivas claramente diferentes sobre aquele que deve ser o papel de um Governo e aquele que deve ser o alcance das medidas que um Governo toma.

O senhor tem a sua posição, nós temos a nossa.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ter sido citado não significa que tivesse que falar, mas em qualquer caso, embora fora do debate que aqui está a decorrer, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse que um presidente de câmara

me tinha desmentido e isso é absolutamente falso.

Eu dei uma conferência de imprensa onde justamente disse que aquilo que o Sr. Primeiro Ministro tinha feito referência e que a candidatura iria ser

apresentada aos fundos EFTA, explicando que no espírito desses fundos e na legislação que os definem não se inclui a construção de habitações sociais, mas sim questões como o ambiente, infra-estruturas e saneamento básico. Nós estávamos a falar na requalificação da Freguesia de Rabo de Peixe.

As habitações sociais referidas pelo Sr. Primeiro Ministro não tinham nada a ver também com uma reunião que o Sr. Secretário tinha tido com a Sra. Secretária de Estado, e foi isso que o Presidente do Governo disse erradamente, porque não fazia sentido apresentar um projecto que tinha a ver com a requalificação da Freguesia de Rabo de Peixe e esquecer as questões de habitação social.

O que o Governo da República disse, e foi isso que eu disse, foi que assumia o compromisso de dar o seu contributo na resolução do problema habitacional, através do Governo Regional e da cooperação que agora, com legislação do actual Governo da República, é possível, entre o Governo Regional e o INH e também com a cooperação que tem haver, através dos programas que todos conhecem, entre o Governo da República e a Câmara Municipal da Ribeira Grande.

É impossível o Sr. Presidente da Câmara me ter corrigido, porque quem acabou por comunicar isso ao Sr. Presidente da Câmara fui eu próprio e, portanto, não é verdade que alguém me tenha corrigido.

Eu nunca disse isso. O que eu expliquei sempre, e tenho as gravações, foi exactamente isto que acabei de explicar agora.

Esta discussão pode já ir muito longa, mas eu não podia deixar de registar uma questão levantada pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, segundo a qual um presidente de câmara me tinha corrigido.

Eu é que corrigi o Sr. Presidente do Governo e na altura até disse que admitia que o engano do Sr. Presidente não fosse intencional e que tivesse cuidado, porque podia não ter conhecimento, podia não ter feito a avaliação correcta das declarações do Primeiro Ministro.

Portanto, de tudo o que disse até agora existem gravações que abonam a favor daquilo que eu estou a dizer. Eu sei muito bem e estou certo do que estou dizendo e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro enganou-se quando disse que alguém me desmentiu. Ninguém me desmentiu nem o pode fazer, porque eu sei muito bem do que estou a falar e muito menos o Presidente da Câmara da Ribeira Grande que apenas disse, quando muito, exactamente aquilo que eu estou a dizer aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para agradecer ao Sr. Deputado Victor Cruz o esclarecimento e por essa forma ficar definitivamente esclarecido, quer nesta Câmara, quer para todos, que, ao contrário daquilo que veio noticiado, a candidatura aos fundos EFTA não é para a construção de 100 novas habitações, é uma candidatura para outros projectos que terão influência na construção de novas habitações.

Eu agradeço ao Sr. Deputado Victor Cruz o esclarecimento desta questão, mas com este esclarecimento surge a constatação de que em relação à construção de novas habitações em Rabo de Peixe o processo que neste

momento está mais avançado é aquele que diz respeito à reunião do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos com a Sra. Secretária de Estado da Habitação.

Mais uma vez agradeço o esclarecimento do Sr. Deputado Victor Cruz e com isso termino a minha intervenção nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reconheço que estamos muito fora do tema, mas quero só dizer muito rapidamente que é verdade o que o Sr. Deputado disse, mas esqueceu-se de dizer a outra parte.

O Governo da República também assumiu o seu contributo, quer no relacionamento com o Governo Regional, quer com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, no sentido de ajudar a resolver o problema das habitações de Rabo de Peixe. Isso tinha que ficar dito e aquilo que o Sr. Primeiro Ministro disse foi que apresentaria uma candidatura e falou também em 100 habitações e penso que, se correr tudo bem, não vão ser só 100, se calhar serão 120, 140, 160 ou até 200 casas.

Será com a cooperação do Governo Regional? Muito bem! Com a Câmara Municipal da Ribeira Grande? Muito bem! Agora, não se pode desvalorizar a candidatura aos fundos EFTA, porque esta candidatura pode justamente ir recolher um contributo financeiro que vale mais do que 100 casas e, portanto, podemos estar a falar numa das decisões mais importantes que alguma vez se tomou sobre Rabo de Peixe, em termos da sua requalificação, que tem a ver com todos os aspectos, por exemplo, do

ambiente, saneamento básico, etc.. Consultando a internet, qualquer pessoa fica a saber para que servem os fundos EFTA.

Sabemos que é uma candidatura, mas uma candidatura levada muito a sério, para a qual o Governo da República deu prioridade e acho que estamos todos muitos felizes com isso.

Portanto, Sr. Deputado, uma coisa não dispensa a outra e o Governo da República está sensibilizado para isso e ainda bem, e continuaremos a sensibilizá-lo, sempre que for possível, para resolver, conjuntamente com o Governo Regional e a Câmara Municipal os problemas da habitação social, mas também outros problemas que existem em Rabo de Peixe.

É preciso que isto fique também tudo bem esclarecido. Não se pense que é mau pelo facto de não incluir casas, porque numa candidatura destas, se porventura ela correr bem até ao fim, podem estar verbas num montante muito superior àquele que porventura custaria para fazer 100 casas.

Portanto, em vez de uma são duas coisas importantes e era isso que era necessário ficar esclarecido e mais não falo, porque estamos a falar da revisão orçamental.

Espero que essas boas medidas possam condicionar futuros orçamentos no sentido muito positivo. Nessa altura cá estaremos para apresentá-los ou para falar na revisão do orçamento.

Se tudo correr bem, como todos certamente esperamos, e tenho a certeza disso, terá um contributo positivo no futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para esclarecimentos.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Srs. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos também consciência que estamos fora do nosso debate, mas quero apenas registar duas ideias que me parecem também importantes, dado que entrámos neste debate.

Em primeiro lugar, quero dizer que tanto eu como o Partido Socialista não desvalorizamos a questão da candidatura aos fundos EFTA. Ela é clara e inequivocamente assumida como um passo e um contributo importante para a questão de Rabo de Peixe.

Em segundo lugar, também quero que fique esclarecido que não diz respeito à construção de novas habitações.

Em terceiro lugar, eu tenho consciência e conhecimento daquilo o que são os fundos EFTA. Também tenho conhecimento que Portugal tem à sua disposição 21 milhões de euros. Desses 21 milhões, dois terços estão comprometidos em processo de ambiente, por decisão das próprias partes, e que desses 21 milhões de euros restam 7 milhões e desses 7 milhões há uma comparticipação de 50% que dá 3,5 milhões de euros e desses 3,5 milhões de euros há, pelo menos, mais uma candidatura em Portugal.

Portanto, Sr. Deputado, em relação a esta matéria restam 700 mil contos para 100 casas ou para possibilitar outra qualquer intervenção.

Em relação a esta questão eu gostaria apenas de deixar esclarecido a não desvalorização da medida, que me parece importante, mas também o facto de não cobrir a construção de novas casas.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Orçamento da Região para 2003.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos passar à votação agora na especialidade. Não havendo propostas de alteração e uma vez que posso considerar que o debate está feito, ponho à votação, em conjunto, todos os artigos desta proposta.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 1º, 2º, 3º, e 4º, foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.